



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA

Rua 20 de Março, 99 - CEP 98.330-000 - Fone (55) 9 9121 8027
CNPJ 92.410.422/0001-53 - E-mail: pmsagrada@uol.com.br

LEI MUNICIPAL Nº1713/2025, de 16 de abril de 2025.

**INSTITUI PROGRAMA PARA RECUPERAÇÃO
DE CRÉDITOS FISCAIS - REFIS MUNICIPAL - E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA – RS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 27, I e III da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte.

LEI

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal - "REFIS MUNICIPAL", destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários, inclusive títulos executivos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do RS, do município de Sagrada Família, constituídos ou não, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º - O ingresso no REFIS MUNICIPAL, dar-se-á por requerimento formal do contribuinte dirigido ao Setor de Tributos, que deverá dar-se até 31 de agosto de 2025, fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos seus débitos referidos no “caput” do artigo 1º desta Lei.

§ 1º - O ingresso no REFIS MUNICIPAL implica em inclusão da totalidade dos débitos referidos no artigo 1º em nome do beneficiário, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no programa mediante confissão.

§ 2º Nos parcelamentos já concedidos e anteriores a esta Lei, fica permitido, se houver interesse do contribuinte, o reparcelamento do saldo remanescente, com os benefícios desta Lei, desde que incluídos eventuais débitos posteriores ao parcelamento.

§ 3º - Os pedidos de parcelamento ou reparcelamento pressupõem:

I - confissão e aceitação, em caráter irrevogável e irretratável, da dívida e condições estabelecidas nesta Lei, por parte do sujeito passivo;

II - renúncia dos atos de defesa ou de recurso administrativo ou judicial, bem como, desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos do pedido por opção do contribuinte.

Art. 3º - Os créditos tributários e não tributários de que trata o artigo 1º, incluídos no REFIS MUNICIPAL, devidamente confessados, poderão ser fracionados em



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA

Rua 20 de Março, 99 - CEP 98.330-000 - Fone (55) 9 9121 8027
CNPJ 92.410.422/0001-53 - E-mail: pmsagrada@uol.com.br

até 48 (quarenta e oito) parcelas, mensais e sucessivas, mediante assinatura do termo de opção do REFIS, com redução no respectivo valor da multa e dos juros, nos seguintes percentuais, desde que o pagamento seja iniciado até 31/08/2025, com o pagamento da primeira parcela correspondente a no mínimo 5% do débito e desde que o valor de nenhuma parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais):

I - em 100% (cem por cento), se pago à vista ou em até 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas;

II - em 80% (oitenta por cento) se pagas em até 18 (dezoito) parcelas mensais e consecutivas;

III - em 60% (sessenta por cento) se pagas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas;

IV - em 50% (cinquenta por cento) se pagas em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas.

§ 1º - As parcelas mensais vincendas até 31/12/2025 não terão acréscimo de juros e correção monetária.

§ 2º - Caso o parcelamento ultrapasse o exercício de 2025, o saldo devedor parcelado será corrigido em 01 de janeiro de 2026, na forma da legislação municipal aplicável e as parcelas terão acréscimo de 0,50% (meio por cento) ao mês, contados de 31/12/2025.

Art. 4º - Na hipótese de atraso no pagamento, por mais de 90 (noventa) dias ou 03 (três) parcelas, estará sujeito ao cancelamento do REFIS, com incidência de correção monetária, juros e multas legais sobre os valores do saldo remanescente.

Art. 5º - O contribuinte que liquidar sua dívida nos termos propostos na presente Lei, nos casos em que a dívida já esteja em processo de cobrança judicial, deverá suportar o valor das custas processuais e honorários de sucumbência.

§ 1º - Nos casos em que a dívida paga nos termos desta Lei, for objeto de processo judicial, o contribuinte deverá informar o pagamento no respectivo processo.

Art. 6º - Nos casos em que a dívida esteja em processo de cobrança judicial, poderá ser efetuado o levantamento das custas do processo, junto ao cartório do Foro local, e o valor que houver, poderá ser recolhido, se possível, no ato da confissão da dívida, podendo ainda as custas serem apuradas e pagas pelo executado conforme determinação do Poder Judiciário.

Art. 7º Os benefícios concedidos por esta Lei não conferem qualquer direito à restituição ou compensação de importância já paga ou compensada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA

Rua 20 de Março, 99 - CEP 98.330-000 - Fone (55) 9 9121 8027
CNPJ 92.410.422/0001-53 - E-mail: pmsagrada@uol.com.br

Art. 8º - O parcelamento de que trata o Artigo 3º desta Lei, somente será deferido quando o valor da parcela for igual ou superior a R\$100,00 (cem reais).

Art. 9º – Fica o poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a redução e/ou adequação dos lançamentos contábeis em decorrência da aplicação dos benefícios concedidos pela presente Lei.

Parágrafo único. A dívida será cobrada integralmente, com todos os acréscimos legais previstos na Legislação Tributária Municipal, nos casos em que os contribuintes não optarem pelos benefícios propostos na presente Lei até a data estabelecida no "caput" do Artigo 2.º

Art. 10 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a depuração da Dívida Ativa, apurando-se, através de comissão específica, as dívidas ativas prescritas as quais deverão ser baixadas no sistema da Dívida Ativa e na Contabilidade.

Art. 11 - Após a data de 31/08/2025 o Poder Executivo Municipal encaminhará para protesto em cartório e inscrição nos meios de restrição ao crédito as dívidas ativas não quitadas e nem parceladas, além das medidas de cobrança judicial.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA,
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco.

MAURO ROGERIO FERRARI GALATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Vilmar A. de Quadros
Sec. Mun. de Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA

Rua 20 de Março, 99 - CEP 98.330-000 - Fone (55) 9 9121 8027
CNPJ 92.410.422/0001-53 - E-mail: pmsagrada@uol.com.br

PROJETO DE LEI N.º 017/2025, 09 DE ABRIL DE 2025

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as):

O projeto de lei que ora colocamos à vossa apreciação objetiva autorização para instituir Programa para Recuperação de Créditos Fiscais - REFIS Municipal – no Município de Sagrada Família.

O presente Projeto visa, em primeiro lugar, proporcionar uma oportunidade para os contribuintes regularizarem sua situação fiscal com o município, promovendo a recuperação de créditos que, de outra forma, poderiam resultar em significativa perda de receitas para o município. A medida, além de gerar recursos para o financiamento de serviços públicos essenciais à população, visa a garantir o cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes municipais.

O programa irá permitir que contribuintes que se encontram em débito possam quitá-los com condições mais acessíveis, oferecendo descontos significativos nos juros e multas, bem como a possibilidade de parcelamento das dívidas de maneira facilitada.

Consoante se depreende no art. 11 da Lei Complementar n.º 101/2000 “Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência Constitucional do ente da Federação”.

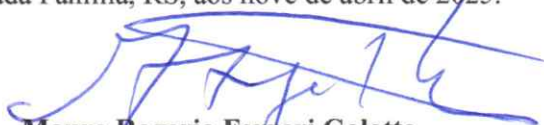
Sabemos que, diante de um cenário de dificuldades econômicas, muitos contribuintes acabam se afastando do cumprimento de suas obrigações tributárias. O REFIS Municipal se propõe a criar um ambiente de renegociação, proporcionando alternativas viáveis para aqueles que, por diversos fatores, não conseguiram honrar suas dívidas.

A concessão de benefícios fiscais no âmbito de um programa de recuperação de créditos fiscais é uma medida já amplamente adotada em diversos municípios brasileiros, sendo um instrumento eficaz na recuperação de receitas e na regularização fiscal dos contribuintes.

Importante registrar que a promoção de ações que visem a recuperação de créditos nas instâncias administrativas e judiciais é obrigação legal entabulada no art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante do exposto, o Projeto de Lei representa uma importante ferramenta de fortalecimento da arrecadação municipal e de fomento à regularização fiscal.

Em face de sua importância, espera-se a aprovação unânime deste projeto de lei.

Sagrada Família, RS, aos nove de abril de 2025.


Mauro Rogerio Ferrari Galatto
Prefeito Municipal